

Phoenix Tower Participações S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Phoenix Tower Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Phoenix Tower Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Phoenix Tower Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.2, que apresenta a retificação de erros referente às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, correspondentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, e os respectivos ajustes efetuados e que estão sendo reapresentados como previsto no pronunciamento técnico CPC 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificações de Erros. Nossa opinião não contém ressalva relacionada à esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

PHOENIX TOWER PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora			Consolidado			PASSIVO	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017			31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
			(Reapresentado)		(Reapresentado)					(Reapresentado)		(Reapresentado)			
CIRCULANTE															
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.586	60.706	41.029	3.590	63.251	41.147	Fornecedores	10	10.422	4.967	2.226	10.474	19.619	19.096
Aplicações financeiras restritas	4	5.988	12.437	11.930	5.988	12.437	11.930	Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	27.764	37	12.077	27.764	329	12.004
Contas a receber de clientes	5	21.509	10.289	9.797	21.646	16.449	11.621	Aluguéis a pagar	11	4.865	2.333	2.146	4.874	3.543	2.632
Impostos a recuperar		3.370	2.856	2.880	3.385	3.424	3.313	Obrigações tributárias	12	2.217	1.544	1.243	2.255	2.505	1.772
Outros ativos		1.810	895	1.132	1.854	1.146	1.281	Obrigações trabalhistas		6.577	6.409	5.138	6.577	6.409	5.138
Total do ativo circulante		36.263	87.183	66.768	36.463	96.707	69.292	Dividendos a pagar		7.580	10.917	4.672	7.580	10.917	4.672
								Outros passivos		502	222	28	502	235	28
								Total do passivo circulante		59.926	26.429	27.530	60.025	43.557	45.342
NÃO CIRCULANTE															
Aplicações financeiras restritas	4	10.551	-	-	10.551	-	-	NÃO CIRCULANTE							
Contas a receber de clientes	5	12.402	1.186	359	12.402	5.270	1.030	Contas a pagar	4	9.874	9.285	8.905	9.874	9.285	8.905
Depósitos judiciais	14	343	21	25	343	382	382	Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	181.944	148.402	68.793	181.944	173.435	68.198
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	22.175	4.308	4.226	22.175	4.544	4.226	Provisão para desmobilização de ativos	7.3	45.747	19.306	2.725	45.747	34.014	3.039
Partes relacionadas	20	1.839	-	-	-	-	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	46.227	28.892	11.557	46.227	28.892	11.557
Investimentos	6	10.700	125.387	66.630	-	-	-	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	14	147	329	132	147	1.148	132
Imobilizado	7	446.640	155.042	106.455	452.104	320.849	187.671	Receita diferida - linearização dos aluguéis	15	11.715	4.477	5.021	11.715	7.668	6.304
Intangível	8	546.854	561.862	576.627	553.398	567.779	577.261	Total do passivo não circulante		295.653	210.691	97.133	295.654	254.442	98.135
Outros ativos		1.687	851	-	2.117	1.227	42								
Total do ativo não circulante		1.053.190	848.657	754.322	1.053.090	900.012	770.612	PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
								Capital social	16	705.600	694.784	694.784	705.600	694.784	694.784
								Reserva de lucros		28.274	3.936	1.643	28.274	3.936	1.643
								Total do patrimônio líquido		733.874	698.720	696.427	733.874	698.720	696.427
TOTAL DO ATIVO		1.089.453	935.840	821.090	1.089.553	996.719	839.904	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.089.453	935.840	821.090	1.089.553	996.719	839.904

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PHOENIX TOWER PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	114.292	101.417	149.501	124.479
Custo das locações	18	(55.353)	(47.226)	(77.885)	(62.170)
LUCRO BRUTO		<u>58.939</u>	<u>54.191</u>	<u>71.616</u>	<u>62.309</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	18	(12.403)	(17.845)	(20.883)	(27.542)
Outras receitas (despesas) não operacionais		(1.361)	-	(1.559)	-
Resultado de equivalência patrimonial	6	(1.305)	(3.853)	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>43.870</u>	<u>32.493</u>	<u>49.174</u>	<u>34.767</u>
Despesas financeiras	19	(14.089)	(9.422)	(19.339)	(12.431)
Receitas financeiras	19	2.239	2.725	2.275	3.408
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>32.020</u>	<u>25.796</u>	<u>32.110</u>	<u>25.744</u>
IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	13	-	-	(486)	(186)
Diferido	13	(102)	(17.257)	294	(17.020)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>31.918</u>	<u>8.539</u>	<u>31.918</u>	<u>8.539</u>
QUANTIDADE DE AÇÕES		<u>705.599.933</u>	<u>694.500.254</u>		
LUCRO POR AÇÃO - R\$		<u>0,045</u>	<u>0,012</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PHOENIX TOWER PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Controladora	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (Reapresentado)	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (Reapresentado)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	31.918	8.539	31.918	8.539
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>31.918</u>	<u>8.539</u>	<u>31.918</u>	<u>8.539</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PHOENIX TOWER PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		<u>694.784</u>	<u>998</u>	<u>12.202</u>	-	<u>707.984</u>
Ajuste de anos anteriores		-	-	(11.557)	-	(11.557)
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2017		<u>694.784</u>	<u>998</u>	<u>645</u>	-	<u>696.427</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	8.539	8.539
Reserva legal		-	867	-	(867)	-
Constituição de reserva legal adicional aprovada em AGO		-	427	-	(427)	-
Dividendos distribuídos	16.4	-	-	-	(2.028)	(2.028)
Dividendos adicionais distribuídos aprovados em AGO	16.4	-	-	-	(4.117)	(4.117)
Distribuição adicional de dividendos		-	-	(101)	-	(101)
Reserva de retenção de lucros		-	-	1.100	(1.100)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (reapresentado)		<u>694.784</u>	<u>2.292</u>	<u>1.644</u>	-	<u>698.720</u>
Aumento de capital	16.3	10.816	-	-	-	10.816
Lucro líquido do exercício		-	-	-	31.918	31.918
Reserva legal	16.5	-	1.596	-	(1.596)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.4	-	-	-	(7.581)	(7.581)
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	22.742	(22.742)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>705.600</u>	<u>3.888</u>	<u>24.386</u>	-	<u>733.874</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PHOENIX TOWER PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017 (reapresentado)	31/12/2018	31/12/2017 (reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	31.918	8.539	31.918	8.539
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	24.347	20.863	30.821	25.154
Imposto de renda e contribuição social diferidos	102	17.256	(294)	17.019
Juros e variação cambial de empréstimos	15.168	5.936	17.812	6.853
Apropriação "fee" - empréstimos e financiamentos	1.381	283	1.962	387
Provisão para linearização da receita	3.442	(544)	4.036	1.364
Provisão para desmobilização de ativos	846	1.070	1.435	1.800
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	(151)	197	(258)	1.016
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	(4.150)	318	(4.165)	294
Resultado de equivalência patrimonial	1.305	3.853	-	-
Redução (aumento) de ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(7.405)	(1.637)	(8.210)	(9.362)
Outras contas a receber	(1.157)	24	-	(111)
Impostos a recuperar	396	(127)	41	(127)
Outros ativos	(4.412)	(614)	(5.054)	(1.013)
Aumento (redução) de passivos operacionais:				
Fornecedores e alugueis a pagar	5.369	2.928	(7.813)	1.433
Obrigações tributárias	239	301	296	733
Obrigações trabalhistas	164	1.271	168	1.271
Outros passivos	89	196	(555)	207
Caixa gerado pelas operações	67.492	60.113	62.139	55.458
Juros pagos - empréstimos, financiamentos e debêntures	(11.585)	(12.027)	(14.172)	(12.027)
"Fees" pagos - Empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.697)	(2.521)	(4.697)	(2.521)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(486)	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	51.210	45.565	42.784	40.910
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Dividendos pagos	(10.916)	-	(10.916)	-
Aumento de capital em controlada	(8.226)	(46.889)	-	(30)
Aquisição de imobilizado ou intangível	(117.276)	(48.999)	(137.381)	(113.747)
Caixa na incorporação de controlada	35	-	-	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(136.383)	(95.888)	(148.297)	(113.777)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento de capital	10.816	-	10.816	-
Partes relacionadas	(43.762)	-	-	-
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	61.000	150.000	61.000	174.971
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	(80.000)	(25.963)	(80.000)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	28.054	70.000	45.853	94.971
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(57.119)	19.677	(59.661)	22.104
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	60.706	41.029	63.251	41.147
No fim do exercício	3.587	60.706	3.590	63.251
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	57.119	(19.677)	59.661	(22.104)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PHOENIX TOWER PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Phoenix Tower Participações S.A. ("Companhia"), constituída em 9 de maio de 2014, é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia e suas controladas têm como atividade preponderante a cessão de uso de infraestrutura compartilhada ("sites"), que compreende torres de telecomunicações e respectiva infraestrutura, a operadoras de telecomunicações. Os sites são instalados em imóveis de terceiros - terrenos ("greenfield") ou topos de prédios ("rooftops"), os quais são alugados pela Companhia e suas controladas. A Companhia, por sua vez, é controlada pela Brazilian Tower - Fundo de Investimento em Participações e tem como controlador final o Blackstone Group.

Em 31 de dezembro de 2018, os sites mantidos pela Companhia e suas controladas são os seguintes:

	<u>Quantidade</u>
Sites em operação	1.637
Sites em construção	<u>11</u>
Total	<u>1.648</u>

Incorporação de controlada

Em 31 de dezembro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da controlada direta T4u Brasil Ltda., à Phoenix Tower Participações S.A. A data base da incorporação foi de 31 de dezembro de 2018.

O laudo de avaliação contábil foi preparado pela empresa Partnership Auditores Independentes S/S, o qual indica o seguinte acervo líquido, a valor contábil, correspondente ao patrimônio líquido da T4U Brasil na data-base 31 de dezembro de 2018, a ser incorporado pela Companhia, no montante de R\$117.700.

Foi incorporado o seguinte acervo líquido:

Caixa e equivalente de caixa	35
Contas a Receber de clientes	9.759
Impostos a Recuperar	921
Outros ativos	231
Outros créditos	887
Imposto de renda e contribuição social diferidos	633
Imobilizado	170.616
Intangível	<u>29</u>
Total do ativo incorporado	<u>183.111</u>

Fornecedores a pagar	1.127
Aluguéis a pagar	1.490
Obrigações tributárias	433
Outras passivos	26
Provisão para desmobilização de ativos	16.479
Receita diferida – linearização de aluguéis	3.796
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	139
Partes relacionadas	<u>41.921</u>
Total do passivo não circulante	65.411
Total do patrimônio líquido incorporado	<u><u>117.700</u></u>

Em 31 de dezembro de 2018, os saldos de ativo e passivo circulante resultam em capital circulante líquido negativo, no montante de R\$20.276 e R\$20.177, no individual e consolidado respectivamente. No entanto, a Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que parte substancial dos passivos circulantes refere-se a empréstimos e financiamentos a pagar em datas específicas, sendo que a Administração prevê a geração de caixa decorrente dos aluguéis mensais a receber de seus clientes em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

A Companhia e suas controladas atuam em um mesmo ambiente econômico, usando o real (R\$) como moeda funcional, que também é a moeda de apresentação das informações financeiras individuais e consolidadas. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não realizam operações significativas em moeda estrangeira.

2.2. Reapresentação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia, com o objetivo de aprimorar o conjunto de suas demonstrações financeiras, revisitou determinadas práticas contábeis utilizadas em 2017 e concluiu pela reapresentação das demonstrações financeiras de forma retrospectiva, conforme prevê o pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Como resultado desse processo, ajustes foram identificados e efetuados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Os ajustes não produziram efeito nos saldos de ativo circulante e não circulante explicados abaixo:

- Nas demonstrações financeiras originalmente apresentadas de 31 de dezembro de 2017, os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos referentes a amortização fiscal do ágio (vide nota explicativa nº 2.11.b)) não foram registrados. Em decorrência do ajuste efetuado, em 31 de dezembro de 2017, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos no passivo não circulante e reserva de lucros foram alterados em R\$28.892 (R\$11.557 em 1º de janeiro de 2017).

Nos quadros a seguir estão detalhados os efeitos dessas alterações nas demonstrações financeiras (controladora e consolidada) em 31 de dezembro de 2017.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente apresentados 31/12/2017	Ajustes 31/12/2017	Reapresentado 31/12/2017	Originalmente apresentados 31/12/2017	Ajustes 31/12/2017	Reapresentado 31/12/2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	101.417		101.417	124.479		124.479
Custo das locações	(47.226)		(47.226)	(62.170)		(62.170)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	54.191	-	54.191	62.309	-	62.309
DESPESAS OPERACIONAIS:						
Gerais e administrativas	(17.845)		(17.845)	(27.542)		(27.542)
Outras despesas não operacionais	-		-	-		-
Resultado de equivalência patrimonial	(3.853)		(3.853)	-		-
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	32.493	-	32.493	34.767	-	34.767
Despesas financeiras	(9.422)		(9.422)	(12.431)		(12.431)
Receitas financeiras	2.725		2.725	3.408		3.408
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	25.796	-	25.796	25.744	-	25.744
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
Corrente	-		-	(186)		(186)
Diferido	78	(17.335)	(17.257)	315	(17.335)	(17.020)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	25.874	(17.335)	8.539	25.874	(17.335)	8.539

PASSIVO	Controladora			Consolidado		
	Originalmente apresentados 01/01/2017	Ajustes 01/01/2017	Reapresentado 01/01/2017	Originalmente apresentados 01/01/2017	Ajustes 01/01/2017	Reapresentado 01/01/2017
CIRCULANTE						
Empréstimos	12.077	-	12.077	12.004	-	12.004
Fornecedores	2.226	-	2.226	19.096	-	19.096
Aluguéis a pagar	2.146	-	2.146	2.632	-	2.632
Obrigações tributárias	1.243	-	1.243	1.772	-	1.772
Obrigações trabalhistas	5.138	-	5.138	5.138	-	5.138
Dividendos a pagar	4.672	-	4.672	4.672	-	4.672
Outros passivos	28	-	28	28	-	28
Total do passivo circulante	27.530	-	27.530	45.342	-	45.342
NÃO CIRCULANTE						
Contas a Pagar	8.905	-	8.905	8.905	-	8.905
Empréstimos	68.793	-	68.793	68.198	-	68.198
Provisão para desmobilização de ativos	2.725	-	2.725	3.039	-	3.039
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	132	-	132	132	-	132
Receita diferida	5.021	-	5.021	6.304	-	6.304
Impostos Diferidos	-	11.557	11.557	-	11.557	11.557
Total do passivo não circulante	85.576	11.557	97.133	86.578	11.557	98.135
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	694.784	-	694.784	694.784	-	694.784
Reserva de lucros	13.200	(11.557)	1.643	13.200	(11.557)	1.643
Total do patrimônio líquido	707.984	(11.557)	696.427	707.984	(11.557)	696.427
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	821.090	-	821.090	839.904	-	839.904

PASSIVO	Controladora			Consolidado		
	Originalmente apresentados	Ajustes	Reapresentado	Originalmente apresentados	Ajustes	Reapresentado
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017
CIRCULANTE						
Empréstimos	37	-	37	329	-	329
Fornecedores	4.967	-	4.967	19.619	-	19.619
Aluguéis a pagar	2.333	-	2.333	3.543	-	3.543
Obrigações tributárias	1.544	-	1.544	2.505	-	2.505
Obrigações trabalhistas	6.409	-	6.409	6.409	-	6.409
Dividendos a pagar	10.917	-	10.917	10.917	-	10.917
Outros passivos	222	-	222	235	-	235
Total do passivo circulante	26.429	-	26.429	43.557	-	43.557
NÃO CIRCULANTE						
Contas a Pagar	9.285	-	9.285	9.285	-	9.285
Empréstimos	148.402	-	148.402	173.435	-	173.435
Provisão para desmobilização de ativos	19.306	-	19.306	34.014	-	34.014
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	329	-	329	1.148	-	1.148
Receita diferida	4.477	-	4.477	7.668	-	7.668
Impostos Diferidos	-	28.892	28.892	-	28.892	28.892
Total do passivo não circulante	181.799	28.892	210.691	225.550	28.892	254.442
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	694.784	-	694.784	694.784	-	694.784
Reserva de lucros	21.271	(28.892)	(7.621)	21.271	(28.892)	(7.621)
Total do patrimônio líquido	716.055	(28.892)	687.163	716.055	(28.892)	687.163
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	924.283	-	924.283	985.162	-	985.162

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Controladora			Consolidado		
	Originalmente Apresentado	Ajustado	(Reapresentado)	Originalmente Apresentado	Ajustado	(Reapresentado)
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	25.874	(17.335)	8.539	25.874	(17.335)	8.539
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:						
Depreciação e amortização	20.863	-	20.863	25.154	-	25.154
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(79)	17.335	17.256	(316)	17.335	17.020
Juros e variação cambial de empréstimos	5.936	-	5.936	6.853	-	6.853
Apropriação "fee" - empréstimos e financiamentos	283	-	283	387	-	387
Provisão para linearização da receita	(544)	-	(544)	1.364	-	1.364
Provisão para desmobilização de ativos	1.070	-	1.070	1.800	-	1.800
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	197	-	197	1.016	-	1.016
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	318	-	318	294	-	294
Resultado de equivalência patrimonial	3.853	-	3.853	-	-	-
Redução (aumento) de ativos operacionais:						
Contas a receber de clientes	(1.637)	-	(1.637)	(9.362)	-	(9.362)
Outras contas a receber	24	-	24	(111)	-	(111)
Impostos a recuperar	(127)	-	(127)	(127)	-	(127)
Outros ativos	(614)	-	(614)	(1.013)	-	(1.013)
Aumento (redução) de passivos operacionais:						
Fornecedores e aluguéis a pagar	2.928	-	2.928	1.433	-	1.433
Obrigações tributárias	301	-	301	733	-	733
Obrigações trabalhistas	1.271	-	1.271	1.271	-	1.271
Outros passivos	196	-	196	207	-	207
Caixa gerado pelas operações	60.113	-	60.113	55.458	-	55.458
Juros pagos - empréstimos, financiamentos e debêntures	(12.027)	-	(12.027)	(12.027)	-	(12.027)
"Fees" pagos - Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.521)	-	(2.521)	(2.521)	-	(2.521)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	-	-	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	45.565	-	45.565	40.910	-	40.910
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(95.888)	-	(95.888)	(113.777)	-	(113.777)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	70.000	-	70.000	94.971	-	94.971
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19.677	-	19.677	22.104	-	22.104
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA						
No início do exercício	41.029	-	41.029	41.147	-	41.147
No fim do exercício	60.706	-	60.706	63.251	-	63.251
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(19.677)	-	(19.677)	(22.104)	-	(22.104)

2.3. Consolidação

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as controladas e a Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo destacada a participação dos acionistas não controladores, se aplicável.

Investimentos em controladas

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nesse método, os componentes dos ativos, passivos e resultados são combinados integralmente e o valor patrimonial da participação dos acionistas não controladores é determinado pela aplicação do percentual de participação deles sobre o patrimônio líquido das controladas.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as participações em controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

2.4. Utilização de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas que podem afetar o valor de ativos e passivos reportados, a divulgação de ativos e passivos contingentes nas datas dos balanços e os valores de receitas e despesas reportados para o período coberto. Na elaboração dessas demonstrações financeiras, algumas estimativas foram feitas pela Administração, incluindo a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos e a provisão para riscos e processos judiciais. Podem ocorrer diferenças entre os resultados atuais e os estimados.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

As aplicações financeiras restritas não possuem liquidez, e são de utilização restrita (i) ao pagamento do preço de compra da Phoenix Tower do Brasil ("PTB") e (ii) a garantia concedida por conta do empréstimo captado junto ao IFC (vide nota explicativa 4).

2.6. Contas a receber de clientes

Registradas pelos valores faturados, deduzidas das provisões para perdas com créditos de liquidação duvidosa. A provisão é constituída com base em análises individuais por risco de clientes sobre o saldo total de recebíveis, além de contas específicas a receber consideradas não cobráveis.

Sobre os recebíveis de longo prazo, foi calculado o ajuste a valor presente, utilizando a taxa de desconto de 3,77% ao ano, sendo os valores demonstrados em conta redutora do ativo. Em 31 de dezembro de 2018, o ajuste a valor presente foi calculado com base na taxa de desconto de 3,77% ao ano, e registrado como uma redutora do contas a receber em contrapartida à vendas brutas e sua realização futura será registrada em contrapartida ao resultado financeiro.

2.7. Ativo imobilizado

Apresentado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O custo de aquisição inclui os custos estimados a incorrer na desmobilização de torres e infraestrutura instaladas nos imóveis alugados de terceiros.

Os gastos de manutenção e reparo são registrados no resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear, como segue:

	<u>Taxa média anual de depreciação - %</u>
Torres de telecomunicações e infraestrutura (sites) e custo de desmobilização	4
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos	10
Computadores e periféricos	20

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado na data de alienação.

2.8. Provisão para desmobilização de ativos

Constituída tendo como base os custos estimados a incorrer na desmobilização de torres instaladas em terrenos ou topos de prédios alugados de terceiros, de forma que seja registrada a melhor estimativa do montante de recursos necessários para restauração das áreas onde esses ativos foram instalados, conforme determina o pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado e a interpretação técnica ICPC 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares. O montante registrado representa o valor presente dos custos nas datas estimadas para desmobilização dos ativos. Alterações subsequentes nas estimativas de fluxo de caixa futuro ou na taxa de desconto são reconhecidas no custo de desmobilização no ativo imobilizado, até o limite do custo registrado (quando uma diminuição), ou até o limite do seu valor recuperável (quando um aumento).

2.9. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de "impairment")

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.10. Tributação

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A Companhia e as suas controladas T4U Brasil Ltda. e Torres do Brasil Ltda. optaram pela tributação do imposto de renda e da contribuição social com base no regime de lucro Real. O imposto de renda é computado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para o valor que exceder R\$240 no período de 12 meses, e a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre esta base de cálculo.

2.11. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos são de 15%, acrescido do adicional de 10% para o valor que exceder R\$240 no período de 12 meses para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social.

O imposto diferido ativo é calculado sobre a diferença temporária da depreciação acelerada dos ativos fixos e intangíveis adquiridos na compra da Phoenix Tower do Brasil Participações S.A ("PTB") em junho de 2015, sobre a amortização fiscal dos créditos tributários decorrentes de ágio da aquisição da empresa PTB e sobre a atualização monetária dos custos provisionados para desmobilização

b) Impostos sobre as receitas

As receitas de locação de torres e de infraestrutura estão sujeitas aos impostos e contribuições a seguir:

- Programa de Integração Social - PIS - 1,65%.
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - 7,6%.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita operacional bruta na demonstração do resultado.

2.12. Ativos contingentes e provisões para demandas judiciais

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa.

As demandas judiciais são provisionadas se as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

As demandas judiciais avaliadas como de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e as demandas judiciais avaliadas como de perdas remotas não são provisionadas nem divulgadas.

2.13. Reconhecimento de receitas

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, ao longo do período de vigência dos contratos de locação, ainda que para estes contratos exista um período de carência para faturamento.

2.14. Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido disponível aos acionistas da Companhia pelo número médio ponderado de ações em aberto durante o período. A Companhia não possui instrumentos diluidores que influenciem no cálculo do lucro por ação diluído.

2.15. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em exercícios subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

2.16. Normas e interpretações novas e revisadas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Alterações às IFRS e novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

As normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRS novas e revisadas, aplicáveis à Companhia, não tiveram nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para o período corrente.

Pronunciamento	Descrição
IFRS 9/CPC 48	Instrumentos Financeiros (a)
IFRS 15/CPC 47	Receitas de Contratos com Clientes (a)
Alterações à IAS 40/CPC 28	Transferência de Propriedades de Investimentos (a)

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Pronunciamento	Descrição
IFRS 16 (CPC 06)	Arrendamentos (b)
Alterações à IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture" (b)
Alterações à IAS 7	Iniciativa de Divulgação (b)

(a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

(b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração da Companhia não identificou efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras decorrentes da aplicação desses pronunciamentos, com exceção ao IFRS 16.

IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 substitui as orientações existentes na IAS 17 e correspondentes interpretações e estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, determinando que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários, sendo:

- a) Arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais e móveis de escritório).
- b) Arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos).

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

De acordo com a IAS 17, todos os pagamentos de arrendamentos operacionais são apresentados como parte dos fluxos de caixa de atividades operacionais. O impacto das mudanças de acordo com a IFRS 16 seria um aumento do caixa gerado pelas atividades operacionais e uma redução do caixa aplicado na atividade de financiamento e o aumento do caixa líquido usado nas atividades de financiamento pelo mesmo valor.

Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

A IFRS 16, que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

Transição para a IFRS 16

A Companhia planeja adotar a IFRS 16 a partir do exercício social iniciado em 01 de janeiro de 2019. Para tal, a Administração da Companhia, com o auxílio de especialistas internos, efetuou a identificação dos contratos (inventário dos contratos), avaliando, se contém, ou não, arrendamento de acordo com o IFRS 16.

A Companhia optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. A Companhia possui arrendamentos de determinados equipamentos de escritório (como computadores pessoais, impressoras e copiadoras) que são considerados de baixo valor.

A Companhia, com base em avaliações preliminares, entende que o maior impacto produzido por esta norma está relacionado ao reconhecimento, no balanço, do montante de R\$ 326.834 referente ao fluxo de pagamentos futuros decorrente dos contratos de arrendamento de imóveis locados de terceiros, com prazos de vigência superiores a 12 meses, trazidos a valor presente. A companhia utilizou em sua análise o prazo real e vigente de cada contrato, sendo que a média dos contratos firmados é de 10 anos. Para o cálculo do ajuste a valor presente (AVP), foi utilizada a taxa de captação real da companhia, sendo atualmente 5,47% já sem o efeito de inflação..

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixas e bancos	3	3	3	4
Aplicações financeiras (*)	3.583	60.703	3.587	63.247
Total	<u>3.586</u>	<u>60.706</u>	<u>3.590</u>	<u>63.251</u>

(*) As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são mantidas para atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, visto que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeita a um insignificante risco de rendimento. Tais aplicações financeiras são realizadas substancialmente em títulos CDB, remuneradas a taxas que acompanham a variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da sua remuneração.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

	Controladora e Consolidado	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo circulante:		
Conta garantia - empréstimo IFC (ii)	5.988	2.503
Aplicação restrita JP Morgan (i)	-	9.934
Total	<u>5.988</u>	<u>12.437</u>
Ativo não circulante:		
Aplicação restrita JP Morgan (i)	10.551	-
Total	<u>10.551</u>	<u>-</u>
Passivo não circulante:		
Contas a pagar pela aquisição da Phoenix Tower Brasil (i)	(9.874)	(9.285)
Total	<u>(9.874)</u>	<u>(9.285)</u>

- (i) Refere-se ao montante depositado no Banco JP Morgan e aplicados em CDB emitidos pelo Banco, com utilização restrita. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo é de R\$10.551 (R\$9.934 em 31 de dezembro de 2017). Os valores aplicados são de utilização restrita ao pagamento do preço de compra da Phoenix Tower do Brasil ("PTB") registrados na rubrica "Contas a pagar" no passivo circulante. Em 2018, os valores do ativo foram reclassificados para o não circulante, pois a Companhia não tem a expectativa de liquidar os valores retidos no curto prazo.
- (ii) Refere-se a conta bancária no Banco Santander, na qual são retidos os valores recebidos das faturas emitidas às operadoras TIM, Claro, Telefônica, Ituran, Nextel e Oi referente aos sites dados em garantia ao empréstimo junto ao Internacional Financial Corporation ("IFC"). Esta conta bancária é controlada pelo Banco Santander e os valores que nela são retidos são utilizados para pagamento dos juros, "fees" e principal do referido empréstimo. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo é de R\$5.988 (R\$2.503 em 31 de dezembro de 2017).

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Locações a receber	23.832	15.188	23.969	20.991
Locações a receber (carência)	12.699	1.294	12.699	5.750
Ajuste a valor presente	(1.763)	-	(1.763)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(857)	(5.007)	(857)	(5.022)
Total	<u>33.911</u>	<u>11.475</u>	<u>34.048</u>	<u>21.719</u>
Circulante	21.509	10.289	21.646	16.449
Não circulante	12.402	1.186	12.402	5.270

De acordo com os contratos celebrados com os clientes, os valores de locação a curto prazo são substancialmente recebidos até o 21º dia do mês subsequente.

O saldo de contas a receber de clientes por vencimento é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	17.604	9.196	17.741	12.829
Vencidos:				
Até 30 dias	4.731	184	4.712	876
De 31 a 180 dias	387	569	404	1.961
Mais de 180 dias	1.110	5.239	1.112	5.325
Total	23.832	15.188	23.969	20.991
Locação a receber (carência) - circulante	1.206	108	1.206	480
Locação a receber (carência) - não circulante	11.493	1.186	11.493	5.270
Total	12.699	1.294	12.699	5.750

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	(5.007)	(5.022)
Complemento de provisão	(333)	(333)
Reversão de provisão (*)	4.483	4.498
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	857	857

(*) Na Controladora e no Consolidado a variação está relacionada à reversão da provisão de saldo do cliente Oi junto aos credores, referente ao acordo de pagamento de credores devidamente aprovado pelo juiz, o qual a Phoenix aceitou para recebimento do valor total em aberto de R\$2.991, sendo que R\$285 foi reconhecido como perda, e R\$2.706 revertido para recebimento a partir de 2019. Em 2018, foi reconhecido como perda montante em aberto devido pelo cliente ON Telecom no valor de R\$762. Também foi recebido o montante de R\$743 do cliente Torre Online.

6. INVESTIMENTOS

6.1. Composição:

SA	Participação - %	Saldo de investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento de capital	Juros capitalizados - incorporação	Baixa investimento	Saldo de investimento
		31/12/2017	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018
T4U Brasil Ltda.	99,99	122.122	(1.828)	1.315	(3.909)	(117.700)	-
Torres do Brasil Ltda.	99,99	3.235	523	6.942	-	-	10.700
PTA (c)		30	-	-	-	(30)	-
Total		125.387	(1.305)	8.257	(3.909)	(117.700)	10.700

	Participação - %	Saldo de investimento 2016	Resultado de equivalência patrimonial 2017	Juros capitalizados em controlada 2017	Aumento de capital 2017	Saldo de investimento 2017
T4U Brasil Ltda.	99,99	65.633	(3.298)	3.198	56.589	122.122
Torres do Brasil Ltda.	99,99	997	156	-	2.081	3.234
PTA		-	-	-	30	30
Total		66.630	(3.142)	3.909	58.700	125.097

6.2. Movimentação dos investimentos da controladora

Saldo em 31 dezembro de 2017	125.387
Baixa de investimento - incorporação (d)	(117.700)
Capitalização de juros	(3.909)
Baixa de investimento PTA (c)	(30)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.305)
Aumento de capital na controlada T4U Brasil Ltda. (a)	1.314
Aumento de capital na controlada Torres do Brasil Ltda. (b)	<u>6.941</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>10.700</u>

(a) Durante o período de 2018, a Companhia aumentou o capital da controlada T4U Brasil Ltda., no montante de R\$1.314 em espécie.

(b) Durante o período de 2018, a Companhia aumentou o capital da controlada Torres do Brasil Ltda., no montante de R\$6.941 em espécie.

(c) Baixa de investimento na empresa PTA (vide nota abaixo).

(d) Em 31 de dezembro de 2018 a empresa T4U do Brasil Ltda. foi incorporada por sua controladora Phoenix Tower (vide nota explicativa nº 1).

Em julho de 2017 foi deliberado em ata o aumento de capital na controlada PTA (Phoenix Tower Internacional AR) no valor de R\$1.030 mil pesos argentinos, dos quais foram integralizados 25% do total, ficando o restante a ser integralizado em até dois anos. O valor integralizado, em real, foi de R\$30.

Em março de 2018, a empresa Phoenix Tower Participações S.A. e as empresas Phoenix Tower Argentina, LLC e Phoenix Tower Argentina II, LLC firmaram contrato de compra e venda das quotas referentes a PTA (Phoenix Tower Internacional AR).

As partes acordaram na transferência das quotas pelo valor de US\$300, no valor atualizado em 30 de junho de 2018 de R\$1.157, sendo R\$178 de variação cambial e R\$948 do valor da venda.

6.3. Principais informações sobre as demonstrações financeiras das controladas

As participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com o balanço em 31 de dezembro de 2018, e as principais informações sobre as demonstrações financeiras estão assim demonstradas:

			31/12/2018	
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício
Controlada direta:				
Torres do Brasil Ltda.	12.638	1.938	10.700	523
			31/12/2017	
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
Controlada direta:				
T4U Brasil Ltda. (*)	179.068	60.855	122.222	(4.009)
Torres do Brasil Ltda.	3.259	24	3.235	156

(*) Em 31 de dezembro de 2018 a empresa T4U do Brasil Ltda. foi incorporada por sua controladora Phoenix Tower (vide nota explicativa nº 1).

7. IMOBILIZADO

7.1. Composição

	Taxa média anual de depreciação - %	Custo	Controladora		
			31/12/2018		31/12/2017
			Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Torres e infraestrutura	4	400.961	(51.347)	349.614	106.791
Valor justo de torres (a)	6,25	5.845	(1.294)	4.551	4.916
Móveis e utensílios	10	607	(261)	346	241
Maquinas e equipamentos	10	147	(98)	49	40
Computadores	20	1.235	(642)	593	304
Benfeitorias	20	1.163	(736)	427	581
Outros	20	1.298	(416)	882	1.251
Custo de desmobilização de ativos	4	40.732	(2.823)	37.909	15.662
Juros capitalizados (b)	4	11.701	(258)	11.444	1.855
Estoque de estrutura vertical	-	8.269	-	8.269	145
Construção em andamento	-	32.557	-	32.557	23.256
Total		504.513	57.875	446.640	155.042

	Taxa média anual de depreciação - %	Custo	Consolidado		
			31/12/2018		31/12/2017
			Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Torres e infraestrutura	4	400.961	(51.349)	349.612	228.363
Valor justo de torres (a)	6,25	5.845	(1.294)	4.551	4.916
Móveis e utensílios	10	607	(261)	346	262
Maquinas e equipamentos	10	147	(98)	49	60
Computadores	20	1.235	(641)	594	430
Benfeitorias	20	1.122	(695)	427	622
Outros	20	1.672	(416)	1.256	1.972
Custo de desmobilização de ativos	4	40.732	(2.823)	37.909	29.197
Juros capitalizados (b)	4	11.701	(258)	11.444	1.855
Terrenos	-	5.093	-	5.093	1.259
Estoque de estrutura vertical	-	8.269	-	8.269	18.018
Construção em andamento	-	32.555	-	32.555	33.895
Total		509.939	(57.836)	452.104	320.849

(a) Alocação do valor justo atribuído aos ativos imobilizados por ocasião da aquisição da Companhia em maio de 2015. O prazo de depreciação foi determinado pela vida útil remanescente das torres avaliada em 16 anos.

(b) Foram capitalizados a parcela dos juros incorridos referente ao financiamento obtido junto ao IFC para a construção de torres na Companhia e na T4U Brasil Ltda.

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seu ativo imobilizado para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Não houve provisão para perda de ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em função de não ter sido identificado qualquer fator que pudesse indicar a necessidade para referida provisão.

Durante o exercício, a Companhia não identificou a necessidade de revisar a vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação do ativo imobilizado.

7.2. Movimentação

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	155.042	320.849
Adições líquidas - incorporação T4U Brasil (ii)	170.616	-
Juros capitalizados - T4U Brasil	3.909	3.909
Adições	113.819	129.199
Baixa	(2.646)	(2.646)
Provisão para desmobilização de ativos (i)	9.116	10.325
Capitalização de juros	5.802	5.802
Depreciação	(9.018)	(15.334)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>446.640</u>	<u>452.104</u>

(i) Conforme Intepretação Técnica ICPC 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, a Companhia registrou os efeitos no cálculo da provisão para desmobilização no grupo do imobilizado.

(ii) Incorporação T4U Brasil conforme nota explicativa nº 1.

7.3. Provisão para desmobilização de ativos

Conforme estabelecido nos contratos de locação, a Companhia e suas controladas são responsáveis pela desmontagem e remoção das torres e infraestrutura instaladas nos terrenos e topos de prédios alugados de terceiros. Assim, a Companhia aplicou a interpretação técnica ICPC 12 – Mudanças de Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, registrando a provisão apurada a partir de sua melhor estimativa dos custos a incorrer na desmontagem desses equipamentos ao término do contrato de locação, descontados a valor presente considerando uma taxa real de juros baseada no CDI descontado pela inflação medida conforme o IPCA. Em 31 de dezembro de 2018, o montante registrado é de R\$45.747 na controladora (R\$19.306 em dezembro de 2017) e R\$45.747 (R\$34.014 em dezembro de 2017) no consolidado.

Movimentação da provisão

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	19.306	34.014
Adições – incorporação	16.479	-
Adições de novos sites (i)	9.116	10.325
Despesa com desmobilização (ii)	846	1.408
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>45.747</u>	<u>45.747</u>

(i) Refere-se a custo de desmobilização dos sites construídos durante o ano de 2018 e da revisão da taxa de desconto utilizada no cálculo da provisão para desmobilização.

(ii) Refere-se a correção dos valores de custo de sites construídos até 2018, por mudanças da taxa de inflação e atualização dos preços de custo.

8. INTANGÍVEL

		Controladora			
		31/12/2018		31/12/2017	
Vida útil - Anos		Amortização		Líquido	Líquido
		Custo	acumulada		
Contratos de clientes	16	240.525	(52.584)	187.941	202.973
Ágio na aquisição de investimentos	N/A	356.897	-	356.897	356.897
Outros intangíveis	5 a 6	3.060	(1.044)	2.016	1.992
Total		<u>600.482</u>	<u>(53.628)</u>	<u>546.854</u>	<u>561.862</u>

		Consolidado			
		31/12/2018		31/12/2017	
Vida útil - Anos		Amortização		Líquido	Líquido
		Custo	acumulada		
Contratos de clientes		240.525	(52.584)	187.941	202.973
Ágio na aquisição de investimentos		356.887	-	356.897	356.897
Outros intangíveis		9.807	(1.247)	8.560	7.909
Total		<u>607.229</u>	<u>(53.831)</u>	<u>553.398</u>	<u>567.779</u>

A movimentação é demonstrada como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	561.862	567.779
Transferência (i)	-	(3.909)
Adições líquidas – incorporação	29	-
Adições	291	5.025
Amortizações - intangíveis de vida definida	(15.328)	(15.497)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>546.854</u>	<u>553.398</u>

- (i) Refere-se a capitalização da parcela dos juros incorridos no financiamento junto ao IFC para a construção de torres na Companhia T4U Brasil Ltda. Os valores foram transferidos para a "rubrica" de Imobilizado.

Análise de recuperabilidade do ágio

O ágio está sujeito a testes de recuperabilidade anualmente conforme descrito no pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia efetuou as projeções do valor recuperável do ágio com base no cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração e a taxa de desconto de 13,21 % ao ano (13,21% ao ano em 2017).

As projeções dos fluxos de caixa para o período orçado baseiam-se nas mesmas margens brutas esperadas para o período e na inflação para o período. Os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constante de 4,9% (4,9% em 2017, que corresponde à taxa de crescimento média a longo prazo projetada no mercado nacional. A Administração acredita que nenhum tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável do ágio.

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimo BNDES (ii)	-	-	-	25.324
Debentures (iii)	32.839	-	32.839	-
Capital de giro- Itaú (iv)	25.324	-	25.324	-
Empréstimo IFC (i)	151.544	148.440	151.544	148.440
Total	209.708	148.440	209.708	173.764
Passivo circulante	27.764	37	27.764	329
Passivo não circulante	181.944	148.402	181.944	173.435

(i) Empréstimo IFC

Em 20 de junho de 2016, a Companhia firmou um contrato de empréstimo na modalidade de linha de crédito com a instituição IFC, no valor total de R\$80.000. O contrato tem por vigência o prazo de 8 anos e taxa de juros de CDI + 3,5% a.a. Este empréstimo foi totalmente liquidado em 28 de dezembro de 2017.

Em 11 de dezembro de 2017, a Companhia firmou um contrato de empréstimo na modalidade de linha de crédito com a instituição IFC no valor total de R\$150.000. O contrato tem por vigência o prazo de 8 anos e taxa de juros de CDI + 2,75% a.a. Em 28 de dezembro de 2017, a Companhia recebeu 100% dos recursos, dos quais R\$80.000 foram utilizados para pré-pagar a linha junto ao IFC obtida em 20 de junho de 2016.

(ii) Financiamento BNDES

Em 10 de novembro de 2016, a T4U Brasil Ltda. firmou contrato de financiamento na modalidade de linha de crédito para a construção de novos sites com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no valor total de R\$42.000, que deverá ser utilizado em um prazo de 8 anos e as liberações ocorrerão conforme o andamento dos projetos. Em 2017, foi liberado o montante de R\$24.971. Este empréstimo foi totalmente liquidado em 19 de dezembro de 2018.

(iii) Debêntures

Em 24 de outubro de 2018, a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória em três séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição (ICVM 476), no valor total de R\$150.000. A escritura tem por vigência o prazo de 7 anos e 3 meses e taxa de juros de CDI + 2,75% a.a.

A operação tem a Oliveira Trust como Agente Fiduciário, a CM Capital como distribuidora e o Itaú BBA como banco liquidante.

Em 13 de novembro foi emitida a primeira série no valor de R\$36.000 que tinha por finalidade o pagamento de "fees" e liquidação de empréstimo junto ao BNDES. As demais séries de R\$57.000 cada, estão programadas para serem emitidas no primeiro trimestre de 2019.

(iv) Financiamento Itaú BBA

Em 15 de agosto de 2018, a Companhia adquiriu uma linha de empréstimo na modalidade de Capital de Giro no valor de R\$20.000. O contrato tem vencimento para 15 de janeiro de 2019 e taxa de juros de CDI + 3,95%. Em 12 de novembro de 2018 a Companhia contratou uma linha adicional de R\$5.000 para o mesmo vencimento e com a mesma taxa de juros, totalizando R\$25.000.

A movimentação é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	148.439	173.764
Captação de financiamento Itaú	25.000	25.000
Emissão de debentures 1ª série	36.000	36.000
Pagamento de empréstimo BNDES	-	(25.963)
Pagamento de juros BNDES	-	(2.587)
Pagamento de juros Itaú	(493)	(493)
Pagamento de juros IFC (II)	(11.092)	(11.092)
Juros incorridos (i)	15.168	17.813
"Fees" pagos (ii)	(4.697)	(4.697)
Baixa "fees" e juros	-	502
Apropriação "fee" de entrada e estruturação	1.381	1.461
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>209.707</u>	<u>209.708</u>

(i) Dos juros incorridos, o montante de R\$5.803 foi capitalizado durante o período (vide nota 7.1).

(ii) "Fee" pago na contratação e amortizado mensalmente.

O desembolso de caixa futuro dos empréstimos é apresentado como segue :

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Principal</u>	<u>Principal + juros</u>	<u>Principal</u>	<u>Principal + juros</u>
2019	25.000	25.324	25.000	25.324
2020	-	20.753	-	20.753
2021	35.760	57.150	35.760	57.150
2022	37.560	55.476	37.560	55.476
Acima de 2022	112.680	139.190	112.680	139.190
"Fee" a ser amortizado (*)	(5.253)	(5.253)	(5.253)	(5.253)
	<u>205.747</u>	<u>292.639</u>	<u>205.747</u>	<u>292.639</u>

(*) "Fee" pago na contratação e amortizado mensalmente.

Garantias

Como garantia do empréstimo junto ao IFC (I) e (II), foi criada uma conta bancária, na qual são retidos os valores recebidos das faturas emitidas a todas as operadoras referentes aos sites dados em garantia (vide nota explicativa nº 4).

Como garantia das debentures emitidas, foi concedida alienação fiduciária dos equipamentos de Torre e dos Sistemas distribuído de antenas "DAS". Além disso, foram cedidos como garantia os recebíveis dos contratos que são passíveis de cessão, os quais são retidos em conta bancária vinculada (vide nota explicativa nº 4), além da penhora de 100% as ações da empresa Phoenix e 100% das cotas de suas subsidiárias.

Cláusulas restritivas de contratos ("covenants")

O contrato de empréstimo junto ao IFC (II) possui as seguintes cláusulas de restrição financeira ("covenants"):

- a) Saldo da dívida circulante e não circulante dividido pela EBITDA ajustado menor que:
 (i) 3,5 para o período até 31 de dezembro de 2018; (ii) 3,5 entre o período de janeiro a 31 de dezembro de 2019; (iii) 3,3 entre o período de janeiro a 31 de dezembro de 2020; (iv) 2,8 entre o período de janeiro a 31 de dezembro de 2021; (v) 2,0 entre o período de janeiro a 31 de dezembro de 2022; (vi) 1,5 entre o período de janeiro a 31 de dezembro de 2023; e (vii) 1,0 para os períodos posteriores a 31 de dezembro de 2024. EBITDA ajustado é calculado da seguinte forma: Resultado líquido somado ao resultado financeiro de juros, depreciação e amortização, impostos de renda corrente e diferido, ganhos não operacionais e efeitos de itens não caixa, dos últimos quatro trimestres.
- b) Total do passivo circulante e não circulante sobre saldo de capitalização menor que 0,4, capitalização se trata do total do patrimônio líquido, somado ao saldo do passivo circulante e passivo não circulante.
- c) Cobertura do serviço da dívida maior que 1,2. EBITDA ajustado dividido pelo saldo de dívida a curto prazo somados aos juros a incorrer até o final do período e a os pagamentos de principal das dívidas nos próximos quatro trimestres.

O contrato de debêntures possui as seguintes cláusulas de restrição financeira ("covenants"):

- a) Saldo da dívida circulante e não circulante dividido pela EBITDA ajustado menor que:
 (i) 3,5 para o período até 31 de dezembro de 2018; (ii) 3,5 entre o período de janeiro a 31 de dezembro de 2019; (iii) 3,3 entre o período de janeiro a 31 de dezembro de 2020; (iv) 2,8 entre o período de janeiro a 31 de dezembro de 2021; (v) 2,0 entre o período de janeiro a 31 de dezembro de 2022; (vi) 1,5 entre o período de janeiro a 31 de dezembro de 2023; e (vii) 1,0 para os períodos posteriores a 31 de dezembro de 2024. EBITDA ajustado é calculado da seguinte forma: Resultado líquido somado ao resultado financeiro de juros, depreciação e amortização, impostos de renda corrente e diferido, ganhos não operacionais e efeitos de itens não caixa, dos últimos quatro trimestres.
- b) Total do passivo circulante e não circulante sobre saldo de capitalização menor que 0,4, capitalização se trata do total do patrimônio líquido, somado ao saldo do passivo circulante e passivo não circulante.
- c) Cobertura do serviço da dívida maior que 1,2 EBITDA ajustado dividido pelo saldo de dívida a curto prazo somados aos juros a incorrer até o final do período e a os pagamentos de principal das dívidas nos próximos quatro trimestres.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia estava adimplente com essas cláusulas.

10. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Construção de infraestrutura e fornecimento de torres	9.208	4.090	9.167	18.631
Outros fornecedores	1.214	877	1.307	988
Total	<u>10.422</u>	<u>4.967</u>	<u>10.474</u>	<u>19.619</u>

11. ALUGUÉIS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Aluguel de terrenos e topos de edifícios (*)	4.865	2.333	4.874	3.543

(*) Corresponde aos valores a pagar dos contratos de locação de terrenos e topos de prédios alugados de terceiros, com cláusulas típicas de atualização monetária anual com base em índices de preços (Índice Geral de Preço de Mercado - IGP-M e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA). Tais contratos são firmados pelo prazo de 10 anos sujeitos a renovação automática e são reconhecidos como arrendamentos mercantis operacionais.

O valor das despesas de aluguel, no consolidado, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi de R\$49.021 (R\$35.933 em 31 de dezembro de 2017).

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1	-	21	2
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	-	7	22
Programa de Integração Social - PIS	204	141	206	171
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.015	598	1.022	798
Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN	446	345	446	614
Imposto Nacional do Seguro Social - INSS	229	242	229	377
Outras	321	218	324	521
Total	2.217	1.544	2.255	2.505

13. IMPOSTO RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Os valores de imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado apresentam a seguinte reconciliação em relação aos seus valores com base na alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	32.020	25.796	32.110	25.744
Alíquota	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	(10.887)	(8.771)	(10.917)	(8.753)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais não constituído	-	(6.320)	-	(6.320)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais de anos anteriores	11.350	-	11.350	-
Resultado de equivalência patrimonial	(444)	(1.310)	-	-
Outras diferenças permanentes líquidas	(121)	(856)	(625)	(2.133)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(102)	(17.257)	(192)	(17.206)
Correntes	-	-	(486)	(186)
Diferidos	(102)	(17.257)	294	(17.020)

Em 31 de dezembro de 2018, a Phoenix Tower Participações possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no valor de R\$50.787 (sem prazo de prescrição), para o qual foi constituído o crédito tributário correspondente. A companhia espera conforme expectativa de lucros tributáveis futuros que esse saldo seja compensado nos próximos 6 anos.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo				
Amortização de contrato de clientes (i)	3.796	4.060	3.796	4.060
Prejuízo fiscal anos anteriores	11.350	-	11.350	-
Prejuízo fiscal do ano	5.554	-	5.554	-
Ajuste a valor presente (iii)	320	-	551	-
Variação do custo de desmobilização (iv)	522	248	924	484
Adição incorporação T4U Brasil (v)	633	-	-	-
Total	22.175	4.308	22.175	4.544
Passivo				
Amortização fiscal do ágio (ii)	46.227	28.892	46.227	28.892
Total	46.227	28.892	46.227	28.892

- (i) Amortização de contrato de clientes: Refere-se, substancialmente, a exclusão temporária da amortização de contrato de clientes e mais valia de ativo imobilizado entre o período de junho de 2015 a abril de 2016. Neste período, a Companhia não pode tomar o benefício fiscal, visto que a incorporação da PTB ocorreu em abril de 2016.
- (ii) Amortização fiscal do ágio: Refere-se a exclusão temporária, causada pela amortização fiscal do ágio referente a aquisição feita em junho de 2015 (vide nota explicativa nº1).
- (iii) Ajuste a valor presente: refere-se à adição temporária do ajuste a valor presente do contas a receber de longo prazo (vide nota explicativa nº5).
- (iv) Variação do custo de desmobilização: Refere-se a adição ou exclusão temporária, causada pela variação da taxa utilizada para cálculo do custo de desmobilização dos ativos.
- (v) Incorporação da controlada direta T4U Brasil (vide N.E. nº2).

14. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas são partes em processos trabalhistas e cíveis e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, para as quais, quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, com base na opinião dos consultores legais da Companhia. A movimentação da provisão para demandas judiciais relacionadas a processos avaliados como perda provável está assim demonstrada:

	Controladora			Depósitos judiciais
	Trabalhistas	Cíveis	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	319	10	329	21
Consolidado				
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Depósitos judiciais
Saldos em 31 de dezembro de 2017	892	256	1.148	343

	Controladora			Depósitos judiciais
	Trabalhistas	Tributário	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	55	92	147	343

	Consolidado			Depósitos judiciais
	Trabalhistas	Tributário	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	55	92	147	343

As demandas judiciais envolvem principalmente os seguintes processos:

Trabalhistas

A provisão de R\$55 está relacionada a dois processos trabalhistas movidos por ex-funcionários cujos pedidos estão relacionados com pagamentos de verbas rescisórias, tais como adicionais salariais e horas extras. Essa provisão é revisada periodicamente com base na evolução dos processos e no histórico de perdas das reclamações trabalhistas para refletir a melhor estimativa corrente. Em 2018 e 2017 a companhia não possui ações trabalhistas avaliados como perda possível.

Cíveis

Correspondem principalmente a multas administrativas emitidas por órgãos públicos municipais em virtude de ausência de licenças para instalação das torres em terrenos e topos de prédios alugados de terceiros.

Os processos na esfera cível avaliados como perda possível totalizam R\$1.427 em 31 de dezembro de 2018 (R\$1.400 em dezembro de 2017). A companhia não possui processos provisionados em 2018.

Tributários
Os processos de natureza tributária na esfera municipal referem-se a multas administrativas relacionadas a impostos municipais, avaliados como perda possível e totalizam R\$917 em 31 de dezembro de 2018 (R\$856 em dezembro de 2017).

15. RECEITA DIFERIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Linearização de receita	11.715	4.477	11.715	7.668

Os montantes registrados na rubrica de receita diferida representam os efeitos das receitas de aluguéis reconhecidas de forma linear de acordo com o prazo dos contratos.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado está representado por 705.599.934 (694.784.136 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias, sem valor nominal, detidas 100% pela Brazilian Towers - Fundo de Investimento em Participações.

16.2. Aumento de capital

A Companhia deliberou, em 28 de agosto de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária, pelo aumento do capital social em R\$10.816, passando de R\$694.784 para R\$705.600, mediante emissão de 10.815.797 ações ordinárias, sem valor nominal.

16.3. Distribuição de dividendos

Conforme Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela destinação de 5% desse lucro para a constituição de reserva legal.

Em 31 de dezembro de 2016, o montante de dividendos declarados foi de R\$4.290, referente a dividendos obrigatórios, sendo pago aos acionistas em agosto de 2018.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante de dividendos declarados e aprovados foi de R\$6.145, sendo pago aos acionistas em agosto de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, o montante de dividendos mínimos obrigatórios declarados foi de R\$7.581, conforme cálculo demonstrado abaixo:

Lucro líquido do apurado do período:	31.918
Constituição da reserva legal (5%):	<u>(1.598)</u>
Base para constituição dividendos mínimos:	<u>30.322</u>
 Dividendos obrigatórios(25%):	 7.581

16.4. Reservas legal e de retenção de lucro

A reserva legal é constituída de acordo com a Lei 6.404/64, mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros é constituída mediante a destinação do saldo do lucro líquido do ano ajustado pela reserva legal e dos dividendos destinados. A reserva de retenção de lucros tem pôr finalidade assegurar investimentos futuros.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas de locação de torres e infraestrutura	124.958	108.439	162.236	131.675
Receitas de locação de torres e infraestrutura - carência	4.776	1.055	6.948	4.606
Impostos sobre receitas de locação(*)	(12.000)	(8.621)	(15.647)	(10.437)
Receita diferida - linearização dos alugueis	<u>(3.442)</u>	<u>544</u>	<u>(4.036)</u>	<u>(1.365)</u>
Receita operacional líquida	<u>114.292</u>	<u>101.417</u>	<u>149.051</u>	<u>124.479</u>

(*) Os impostos sobre a receitas de locação são representados por PIS e COFINS, no regime não cumulativo.

18. CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Aluguel de imóveis de terceiros	29.919	25.704	45.256	35.933
Manutenção e reparos	1.589	1.239	2.423	1.807
Depreciação e amortização - sites	23.845	20.283	30.206	24.431
Depreciação e amortização - administrativo	502	477	615	618
Salários e encargos sociais	8.715	7.849	15.427	14.736
Aluguel e condomínio	395	393	729	688
Internet e telecomunicações	150	112	488	523
Viagens	854	653	1.419	1.225
Despesas legais	4.352	2.088	4.445	2.136
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.150)	318	(4.165)	294
Serviços prestados por terceiros	1.434	2.928	1.838	3.088
Outros custos	151	3.027	87	4.233
Total	67.756	65.071	98.768	89.712
Custo das locações	55.353	47.226	77.885	62.170
Gerais e administrativas	12.403	17.845	20.883	27.542
Total	67.756	65.071	98.768	89.712

19. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Juros sobre empréstimos e financiamentos	15.168	13.088	17.812	13.990
(-) Juros capitalizados	(5.802)	(5.764)	(5.802)	(5.764)
Ajuste a valor presente sobre a provisão para desmobilização	895	1.070	1.456	1.801
Ajuste a valor presente sobre o contas a receber	1.012	-	1.763	-
"Fee" de empréstimos e financiamentos	1.381	1.612	1.461	1.699
Variação cambial passiva	41	-	41	-
Despesas bancárias	322	288	393	327
Outras despesas financeiras	1.072	(872)	2.215	378
Total das despesas financeiras	14.089	9.422	19.339	12.431
Receitas de aplicações financeiras	1.575	2.106	1.595	2.232
Variação cambial ativa	178	-	178	-
Outras receitas financeiras	486	619	502	1.176
Total das receitas financeiras	2.239	2.725	2.275	3.408

20. PARTES RELACIONADAS

O pessoal-chave da Administração é composto pela diretoria executiva da Companhia. A remuneração desses profissionais está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Benefícios de curto prazo - salários	3.453	3.242
Remuneração Variável - bônus	2.452	2.353
Encargos sociais	1.179	648
Outros benefícios indiretos (*)	551	367
Total	7.635	6.610

- (*) Estão representados substancialmente por reembolso de despesas de locomoção, aluguel, passagens aéreas e hospedagem. A Companhia não concede outros benefícios de curto prazo a esses profissionais.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1. Fatores de risco

As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos financeiros: de mercado (taxa de juros), de crédito e de liquidez, conforme a seguir detalhado. O gerenciamento desses riscos é realizado por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à rentabilidade, liquidez e segurança, de acordo com políticas aprovadas pela Administração da Companhia.

A seguir, os detalhes da exposição da Companhia aos riscos mencionados:

a) Riscos de mercado

- (i) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado ao risco de taxas de juros

Refere-se ao risco de variação do valor justo dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros devido à variação nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de variação nas taxas de juros de mercado é aplicável principalmente às aplicações financeiras incluídas em caixa e equivalentes de caixa e empréstimos e financiamentos, ambos indexados à variação do CDI, podendo afetar o resultado e os fluxos de caixa da Companhia.

b) Risco de crédito

Refere-se ao risco de a contraparte não honrar suas obrigações relativas a um instrumento financeiro ou contrato com cliente, gerando uma perda financeira. A Companhia está exposta principalmente a risco de crédito referente ao caixa e equivalentes de caixa e às contas a receber de clientes. O risco de crédito é minimizado por meio das seguintes políticas:

- (i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia adota métodos que restringem os valores que possam ser alocados a uma única instituição financeira e leva em consideração limites monetários e classificações de crédito das instituições financeiras com as quais opera, que são periodicamente atualizadas.

- (ii) Contas a receber de clientes

O risco de crédito é monitorado pela Administração da Companhia que entende que o risco é mínimo visto que os contratos de locação foram celebrados, principalmente, com grandes operadoras de telecomunicações.

c) Risco de liquidez

Surge da possibilidade de a Companhia não cumprir as obrigações contratadas nas datas previstas e de necessidades de caixa devido às restrições de liquidez de mercado. O excesso de caixa é gerenciado pela Tesouraria da Companhia, que o investe em aplicações financeiras com incidência de juros, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões de fluxo de caixa.

21.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno a seus acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir os custos associados a essa geração de resultados e benefícios.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

21.3. Categoria de instrumentos financeiros

	Consolidado	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativos financeiros a custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	3.590	63.251
Aplicações financeiras restritas	16.539	12.437
Contas a receber de clientes	34.093	21.719
Outros ativos	3.924	2.372
Depósitos judiciais	343	343
Passivos financeiros a custo amortizado:		
Empréstimos e financiamentos	209.707	173.763
Fornecedores	10.474	19.619
Contas a pagar	9.874	9.285
Outros passivos	502	236
Aluguéis a pagar	4.874	3.543

21.4. Valor justo

A seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos principais instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas informações financeiras:

	Consolidado	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa	3.590	3.590
Contas a receber de clientes	21.691	21.677
Depósitos judiciais	343	343
Total	<u>25.624</u>	<u>25.610</u>
Passivos financeiros:		
Empréstimos e financiamentos	209.707	209.636
Fornecedores	10.474	10.422
Aluguéis a pagar	4.874	4.865
Total	<u>225.055</u>	<u>224.992</u>

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é a quantia pela qual o instrumento poderá ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores aproximam-se do respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento de curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de empréstimos e financiamentos é mensurado pelo valor de custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

21.5. Estimativa do valor justo

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível à Companhia para instrumentos financeiros similares.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de um distribuidor, bolsa, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e se aqueles preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

As estimativas de valor justo para as aplicações financeiras e os instrumentos financeiros derivativos estão incluídas no nível 2, que consideram preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares e mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais "inputs" são observáveis.

21.6. Tabela do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual das linhas de crédito e os prazos de amortizações contratuais.

	Controladora				
	Taxa de juros efetiva média ponderada - %	Até um ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31 de dezembro de 2018:					
Linha de crédito IFC	9,15	10.869	123.416	111.174	245.459
Linha de crédito Itaú	10,30	25.423	-	-	25.423
Linha de crédito debêntures	9,15	3.303	25.118	28.016	56.437
Total		<u>39.595</u>	<u>148.535</u>	<u>139.190</u>	<u>327.319</u>
	Controladora				
	Taxa de juros efetiva média ponderada - %a	Até um ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31 de dezembro de 2017:					
Linha de crédito IFC	7,00	11.712	134.883	85.000	231.595
Total		<u>11.712</u>	<u>134.883</u>	<u>85.000</u>	<u>231.595</u>
	Consolidado				
	Taxa de juros efetiva média ponderada - %	Até um ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31 de dezembro de 2018:					
Linha de crédito IFC	9,15	10.869	123.416	111.174	245.459
Linha de crédito Itaú	10,30	25.423	-	-	25.423
Linha de crédito debêntures	9,15	3.303	25.118	28.016	56.437
Total		<u>39.595</u>	<u>148.535</u>	<u>139.190</u>	<u>327.319</u>

	Consolidado				
	Taxa de juros efetiva média ponderada - %	Até um ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31 de dezembro de 2017:					
Linha de crédito IFC	7,00	11.712	134.883	85.000	231.595
Linha de crédito BNDES	4,50	1.513	21.759	10.166	33.438
Total		<u>13.225</u>	<u>156.642</u>	<u>95.166</u>	<u>265.033</u>

22. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL

A Companhia e suas controladas celebraram contratos de locação de torres de telecomunicações e infraestrutura com vários clientes, reconhecidos como operações de arrendamento mercantil operacional. Tais contratos possuem vencimentos entre dezembro de 2018 e dezembro de 2034 e contemplam cláusula de atualização monetária anual dos valores dos aluguéis, com base em índices de preços (IGP-M e IPCA).

Os recebimentos mínimos futuros desses contratos de locação, a valores de 31 de dezembro de 2018, são os seguintes:

Até um ano	120.686
Mais de um ano e até cinco anos	441.622
Mais de cinco anos	452.407
Total	<u>1.014.715</u>

23. SEGUROS

As coberturas de seguro foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

As apólices firmadas junto as seguradoras possuem cobertura para todos os sites do grupo.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Tipo de risco	Vencimento	Cobertura
Escritório	Abril/2019	8.850
Responsabilidade civil	Abril/2019	80.000
Riscos diversos (incêndio, vendaval, danos elétricos) de torres e infraestrutura	Abril/2019	184.550
"Directors & Officer"	Outubro/2019	50.000

24. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Aquisição de estoque de estrutura vertical (i)	8.269	145	8.269	5.374
Aumento de investimento com transferência de ativo imobilizado (ii)	-	11.782	-	-
Aumento de capital com transferência de ativo imobilizado (ii)	-	-	-	11.782
Carência (iii)	4.776	895	6.948	4.605
Recebimento de dividendos com cessão de torre metálica (iv)	-	-	-	-

- (i) Aquisição de estoque de estrutura vertical para construção de infraestrutura, aumentando os saldos registrados nas rubricas "Ativo Imobilizado" e "Fornecedores".
- (ii) Aumento de capital na controlada T4U Brasil Ltda. através da transferência de ativo imobilizado (torres e infraestruturas), vide nota explicativa nº 6.
- (iii) Carência - clientes que possuem contratos com período de carência são registrados pela competência e vigência do contrato.
- (iv) Recebimento de dividendos da empresa T4U Brasil, por meio da cessão de uma única torre metálica.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Emissão da 2ª série das Debêntures

Em 11 de janeiro de 2019, a Companhia emitiu a 2ª série de debêntures no valor de R\$57.000 referente a escritura assinada em outubro de 2018 no valor de R\$150.000. A escritura tem por vigência o prazo de 7 anos e 3 meses e taxa de juros de CDI + 2,75% ao ano (vide nota explicativa nº 9).

Aquisição de investimento

Em 25 de fevereiro de 2019, a companhia adquiriu 100,00% das ações da K2-Tower, uma empresa provedora de infraestrutura de telecomunicações, líder no mercado de construção de small cell. A Companhia acredita que esta aquisição deverá trazer sinergias no atendimento de nossos clientes, a Companhia pagou o montante de R\$ 120.000 pela referida participação, preço este ainda sujeito a acerto de valor conforme cláusulas descritas no contrato de compra e venda. Durante o exercício de 2019, a Companhia efetuará os procedimentos determinados pelo IFRS3/CPC 15 :Combinação de Negócios, para o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos durante a aquisição.

26. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas para divulgação pela Diretoria em 26 de fevereiro de 2019.